

A PRESENÇA DA IGREJA NO COTIDIANO DA VILA CASTANHAL: URBANIZAÇÃO E CONFLITOS.

Memória da urbanização em Castanhal.

A cidade de Castanhal fica distante 68 km da cidade de Belém do Pará, por via asfaltada (BR 316), na região nordeste do Pará. Castanhal elevou-se a posto de Município no dia 28 de Janeiro de 1932, por meio do Decreto-Lei Nº 600, assinado pelo então interventor federal do Pará, Magalhães Barata. Castanhal desempenhava um papel considerável na região por estar localizada entre Belém e Bragança, e já nos primeiros anos como Vila, servia como polo para as duas cidades e outros municípios vizinhos. Segundo dados do IBGE¹, a cidade possui uma área de 1.028,888 km², e uma população de aproximadamente 173.149 habitantes (senso de 2010). A economia local está centrada no conjunto das atividades que se voltam para o comércio, serviços, agricultura, pecuária e indústria. Entre as religiões que existem em Castanhal, destaca-se a Igreja Católica Apostólica Romana.

As informações referentes à história de Castanhal apontam que sua fundação está intimamente ligada à construção da estrada de ferro de Bragança, datando do ano de 1893 a instalação dos primeiros trilhos assentados no local.² A construção da Estrada de Ferro, portanto, consolidou-se em um importante marco para o processo de desenvolvimento da região, ao estimular o surgimento de núcleos coloniais, sendo responsável pela colonização da vasta área entre Belém e Bragança, onde hoje se localiza o município de Castanhal. Lacerda nos indica que a “Estrada de Ferro de Bragança, foi um dos empreendimentos fundamentais para a estruturação dos núcleos coloniais no nordeste paraense”³

Inaugurada a estrada de ferro, restou-nos compreender os primeiros esforços empreendidos no processo de urbanização de Castanhal e a isto recorreremos às

¹ O **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**, mais conhecido por sua sigla **IBGE**, é uma fundação pública da administração federal brasileira criada em 1934 e instalada em 1936 com o nome de *Instituto Nacional de Estatística*; seu fundador e grande incentivador foi o estatístico Mário Augusto Teixeira de Freitas. O nome atual data de 1938. O IBGE tem atribuições ligadas às geociências e estatísticas sociais, demográficas e econômicas, o que inclui realizar censos e organizar as informações obtidas nesses censos, para suprir órgãos das esferas governamentais federal, estadual e municipal, e para outras instituições e o público em geral.

² LACERDA, Franciane Gama. Cidade, memória e experiência ou cotidiano de uma cidade do Pará nas primeiras décadas do século XX. In: FENELON, Déa. Cidades. São Paulo: PUC/SP História Olho d'Água, novembro, 1999. p. 200.

³ LACERDA, Franciane Gama. “Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889/1916)”. Editora Açáí. Belém. 2010. p. 326.

impressões deixadas pelo Cônego Leitão no livro de tombo da Igreja. De acordo com seus registros, “na localidade havia uma feira indecente, onde pairava o comércio local, além de ser um lugar pouco respeitoso, por ser foco de jogatina [...], no que logo passou a ideia de demolir a feira”.⁴ Assim, percebemos que havia por parte das autoridades locais a intenção de moralizar os costumes locais e de urbanizar a área, visando à reorganização do espaço.

É importante lembrar que tais ações higienistas que aqui vemos em uma pequena vila do interior do Pará, eram práticas correntes desenvolvidas nas principais capitais do Brasil, e a historiografia tem buscado dar conta desta realidade. Tomemos por exemplo, Sarges, que aponta para a modernidade pela qual passou Belém no governo do intendente Antonio Lemos que “[...] em pleno período republicano, com o apogeu da economia da borracha, os representantes do Estado intensificaram a renovação estética da cidade”.⁵ Na mesma linha, Farias nos indica também que, “Lemos empreendeu inúmeros projetos, cujos objetivos era dar à capital do estado aspectos que simbolizassem e ostentassem a riqueza e o poder da cidade dentro da economia mundial”.⁶ Portanto, foi no período áureo da exploração da borracha que a região amazônica passou por importantes transformações no seu espaço, ao produzir todo um processo de modernização da cidade. As mudanças ocorridas com a comercialização da borracha proporcionaram maior dinamismo e “levou à necessidade de investimentos em diversos setores tais como transporte, alimentação e saneamento”⁷.

Outro importante debate historiográfico que se debruça sobre as ideias de civilização e modernidade⁸ é de Sidney Chalhoub, discutindo o processo ocorrido no Rio de Janeiro, ao observar as ações empreendidas pelas autoridades políticas no cenário urbano da, então, Capital Federal. As transformações ocorridas na cidade carioca passaram pela ideologia da higiene, com a modificação de hábitos, a demolição de várias habitações coletivas, a fim de que a cidade ostentasse sua modernidade e desenvolvimento. Para isso, Chalhoub discute a demolição do “Cabeça de Porco”, o maior cortiço carioca da época. Em suas palavras: “se anunciava na ocasião um

⁴ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 9.

⁵ SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870 – 1912). Editora Paka-Tatu. Belém. 2010. p. 153.

⁶ FARIAS, William Gaia. Amazônia Republicana: processos seletivos e outros temas. Belém, 2007. p. 83.

⁷ FARIAS, William Gaia. Amazônia Republicana: processos seletivos e outros temas. Belém, 2007. pp. 55-56.

⁸ Para maior entendimento sobre as ideias de civilização e modernidade ver: COSTA, Angela Marques da. SCHWARCZ, Lilia Moritz. Virando Séculos: 1890 – 1914 – No tempo das certezas. São Paulo. Companhia das Letras. 2000.

verdadeiro combate, [...] no despejo dos moradores, seguido da demolição imediata de todas as casinhas”.⁹

Assim, quando nos deparamos com as ideias do Cônego Leitão, em suas memórias escritas, de acabar com a feira que existia em Castanhal não eram ações ou práticas isoladas, pois ela ocorria em outros lugares do Brasil. É claro que, os estudos de Sarges e Chalhoub apontam realidades existentes nas grandes capitais do país, movidas pelos ideais de modernidade e civilização, mas que de certa maneira e em menor dimensão ocorreu também no interior.

Em seus escritos no livro do tombo, o padre conta que recorreu à secretaria do governo conseguindo “do Sr. José Moreira da Costa, empregado da repartição de Obras Públicas, a cópia da planta de uma Igreja, porventura, edificada em algum lugar do mundo civilizado”.¹⁰ Assim, o registro do padre nos sugere que sua intenção era construir a Igreja pautada nos ideais de modernidade e que sua referência para tal empreitada seria o ideal de civilização presente em um determinado “mundo” exterior, nos indicando que se tratava de uma pessoa esclarecida e a par dos acontecimentos.

As informações extraídas das memórias do padre, referentes às características do local, sugerem ainda que “existia uma capela próxima à feira e que esta se encontrava em péssimas condições estruturais, a ponto de desabar a qualquer momento, entretanto, era o melhor local para se edificar um templo, porque ficava em uma praça vasta”.¹¹

Ao que tudo indica, a construção de uma igreja seria parte integrante de um projeto motivado por interesses pessoais como forma de consolidar o padre como figura importante e influente na região. Isto é fundamental, pois nos permite compreender a percepção do Cônego Luis Leitão e seu posicionamento perante a sociedade, a forma como inseria os valores católicos na região e a função social que ela iria exercer, enquanto instituição formadora dos valores morais.

A Escola e a Igreja

Duas construções marcam o início da vida de Castanhal e a ativa participação do padre Cônego Leitão na organização da região: o Grupo Escolar — hoje Escola de Ensino Fundamental e Médio Cônego Leitão, que recebe o seu nome —, e a Igreja, a atual Paróquia de São José. O detalhe do processo de escolha do espaço físico, da

⁹ CHALHOUB. Sidney. Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial. São Paulo. Companhia das Letras. 1996. p. 15.

¹⁰ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1926. p. 20.

¹¹ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 10.

construção do prédio, envolveu acordos entre as autoridades políticas e o padre. Em seus escritos, ele indica que falou “com a sua Excelência sobre o local em que pretendia levantar a Igreja, ficando combinado que na praça, onde fora a antiga feira, podiam ser construídos os dois mencionados edifícios”,¹² demonstrando assim, a forte influência que o padre exercia na região.

Estes registros informam também que “em 24 de fevereiro foi instalado o grupo escolar em casa particular do Coronel Antonio Pinto Xavier, sendo [ele, o padre] nomeado diretor, deixando o lugar de professor municipal que ocupava”¹³, tal relato nos traz evidências das relações próximas estabelecidas entre o cônego, as diversas autoridades e os grupos sociais dominantes, — o governador, o coronel, etc. Ao mesmo tempo, retrata as articulações e projeções que o mesmo vai tecendo no seu ofício religioso e também educacional.

É importante considerar que a educação era um dos compromissos na pauta de trabalho do governo da época. Em relatório, o então governador Augusto Montenegro, assim se posicionava: “não ignoreis que tenho dedicado ao problema da instrução pública os meus mais perseverantes e dedicados esforços”¹⁴ Ao referir-se sobre o processo de extensão do ensino para o interior, o então governador, em relatório datado de 1904, disse: “entrei em acordo com a intendência municipal: segundo este acordo, o governo estadual se obrigou a organizar 3 grupos escolares no Mosqueiro, Pinheiro e Castanhal e manter duas escolas nas vilas e uma nas povoações do município.”¹⁵ Portanto, trata-se dos esforços das autoridades políticas no intuito de expandir o ensino para o interior do Pará, a partir do ideário republicano da ordem e do progresso, que em Castanhal terá início com a fundação do grupo escolar, do qual o padre Cônego Leitão será o primeiro diretor. Souza nos lembra que “no ano de 1904, no dia 12 de outubro, era inaugurado o Grupo Escolar de Castanhal (hoje Escola Cônego Leitão), ocasião em que estava em andamento a construção da Igreja Matriz de São José”¹⁶

Mas, se podemos indicar o momento em que a atuação do Cônego Leitão nos parece ser mais articulada e exaltada, seria exatamente nos instantes da edificação da Igreja. Ao longo dos seus registros sobre a construção da mesma, o padre afirma que “o

¹² Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 16.

¹³ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 10.

¹⁴ Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1903 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. governador Augusto Montenegro. 1903. p 30.

¹⁵ Mensagem dirigida em 7 de setembro de 1904 ao Congresso Legislativo do Pará pelo Dr. governador Augusto Montenegro. 1904. p 45.

¹⁶ SOUZA, Hugo Luiz. Castanhal e suas raízes: evolução de uma cidade. Castanhal-Pará. Edição do autor, 2010, p. 30.

trabalho da Igreja matriz desta paróquia era o objetivo primordial que ocupava o meu pensamento”¹⁷. Portanto, isso nos sugere que os empreendimentos a serem executados na edificação da igreja sintetizavam todo o esforço e interesse do padre no sentido de estabelecer os seus objetivos de influência em Castanhal.

Segundo as informações extraídas do Livro de Tombo, “os alicerces da nova Igreja foram feitos com a demolição da antiga capelinha existente e ao lado do grupo escolar”.¹⁸ Este fato nos leva a pensar sobre o planejamento do padre em construir os dois edifícios próximos e ao que tudo indica, em uma área privilegiada, já que o grupo escolar foi construído no lugar da feira que existia como apontamos anteriormente, o que demonstra que a estratégia e os planos elaborados pelo padre estavam surtindo efeitos positivos.

A pedra fundamental da construção da Igreja foi edificada pelo Cônego Leitão, que assim registrou o momento: “benzi e coloquei a primeira pedra desta Igreja de Castanhal, dedicada ao Deus Máximo, Onipotente, em honra do glorioso S. José, esposo da bem aventurada virgem Maria mãe de Deus”.¹⁹ O cerimonial, de acordo com as prescrições do ritual religioso, referente ao ato religioso foi assim descrito pelo padre:

Em uma urna de pedra, colocada ao lado da nascente, na confrontação do grande altar-mor, parte direita do evangelho, dentro dos alicerces, foi posto um tubo de vidro, contendo um documento em língua latina que é resumo da presente ata. Além deste documento mais o jornal “Província do Pará” de vinte e oito e vinte e nove deste mês; o jornal do “Comércio” deste Estado; o “Trabalho” e a “Folha do Norte” e mais algumas moedas de níquel e um dobrão de cobre do tempo de D. Pedro Primeiro, Imperador do Brasil, trazendo no centro o cunho de uma estrela em cujos cantos em número de cinco tem estas letras C E A R A – Ceará – demonstração do movimento republicano a que abraçou o Ceará, no tempo do primeiro reinado quando aquela província acompanhando a Confederação do Equador. Além de tais coisas foram ainda colocados três registros com as efígies de São José, orago da Igreja São Francisco e o do Coração de Jesus aos que são dedicados os dois altares laterais.²⁰

Desse modo, os passos dados para a construção da Igreja nos possibilitam pensar sobre a mentalidade e a ideologia que se construía no momento e questionar as ações do padre no sentido de induzir uma moral a ser reproduzida na nascente sociedade, pautada nos valores católicos. Igualmente, percebemos também a ligação identitária de

¹⁷ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 11.

¹⁸ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 10.

¹⁹ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 10.

²⁰ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 10.

Cônego Leitão e certamente de muitos moradores da vila com o Ceará, uma vez que muitos deles, e como vimos o próprio Cônego Leitão, eram migrantes cearenses.

É importante considerar que o contexto histórico da época em se tratando da relação Igreja e Estado no Brasil encontrava-se instável, pois como nos aponta Hermann, “o fim do padroado acentuava uma dupla condição imposta, pois se por um lado a Igreja passa a ter maior liberdade de ação diante do poder temporal, de outro se apresentavam propostas de limitações da esfera da Igreja e dos religiosos”.²¹ Apesar das contradições existentes no Brasil apontadas pela autora, ao que tudo indica, em Castanhal, os escritos do Cônego nos permitem deduzir que a relação estabelecida entre a Igreja e o Estado era harmônica e que, portanto, poderiam estar direcionadas em um mesmo projeto que atendessem aos interesses de grupos dominantes.

Neste mesmo sentido, Neves informa que “o Estado e a Igreja continuaram estabelecendo um conjunto de controle sobre as práticas sociais e mentais, instituindo regras de bem viver”.²² E ao que parece, tais ações aconteciam em Castanhal, pois o que a fonte ora analisada nos sugere é que havia íntima relação entre os representantes do poder político e a autoridade religiosa. Na construção da Igreja, fica evidente esta relação apreendida dos registros do padre: “Antonio Lemos, [...] mandou-me dois paramentos ricos, um branco e um encarnado e mais quatrocentos mil reis de esmola para o trabalho da matriz, [...] as imagens de Santo Antônio e do Coração de Jesus”.²³ Na mesma ocasião, o padre registra que “um dos donativos mais importantes foi a oferta de trezentas barricas de cimento pelo distinto Dr. Augusto Montenegro governador zeloso pelo bem estar de seu Estado”,²⁴ fato que nos leva a reafirmar a sua boa relação com os políticos locais, pois, ao mesmo tempo em que os políticos contribuem para a construção da Igreja, são exaltados pelo padre como sujeitos comprometidos com a política local.

A construção da Igreja parece ter sofrido algumas dificuldades segundo o padre, pois escreveu: “sendo a Igreja um edifício grande, não pensei nunca construí-lo de uma só vez, [...] e sendo um trabalho moroso tinha que suspender muitas vezes por falta de

²¹ HERMANN, Jacqueline. Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado. In: Delgado, Lucília, de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge. O Brasil Republicano. Vol. 1 O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008. p. 123.

²² NEVES. Fernando Arthur Freitas. Sem Padroado e sem Primaz, a igreja no Brasil no início da República. In: Revista Estudos Amazônicos. Volume IV, nº 2, 2009. p. 53.

²³ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 11.

²⁴ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 12.

meios durante a construção da obra”.²⁵ No entanto, apesar dos contratemplos que pareciam existir, no dia dezanove de março de 1911, o Arcebispo do Pará, D. Santino, benzeu o altar mor da Igreja. Durante este acontecimento, ocorreu que Castanhal passou a ser considerada Freguesia sob as bênçãos da Igreja. Nas palavras do padre: “D. Santino Maria da Silva Coutinho, [...] tendo em vista o bem espiritual de nossos amados diocesanos, usando das atribuições que nos confiou o Concílio de Trento havemos de criar as freguesias de Castanhal e São Sebastião do Igarapé Açu.”²⁶ Assim, os escritos do padre nos sugerem compreender as transformações que estavam ocorrendo em Castanhal.

Entre as dificuldades encontradas na construção da Igreja, o padre deixa registrada, também, a crise da economia da borracha²⁷, que atingiu o Pará e, conseqüentemente, o seu projeto. Segundo ele, com “a crise que infestou o Pará com a desvalorização da borracha deixei de receber o vencimento como empregado do grupo escolar, [...] e os recursos financeiros da paróquia foram também desaparecendo”.²⁸ Cancela, em seu trabalho, aponta que um dos motivos que deflagrou a crise da borracha na Amazônia foi que, com “a plantação realizada na Ásia, houve um deslocamento de capital estrangeiro para aquele continente, e a queda no preço da borracha”.²⁹ Assim, a produção asiática, que se assenta numa produtividade relativamente superior e materializa-se no menor preço, foi progressivamente excluindo a produção da borracha natural amazônica do mercado, e tal processo provocou a marginalização da produção gomífera da Amazônia. Este fato nos ajuda a compreender que com a crise da produção da borracha, devido à concorrência da produção asiática o Pará passou a sofrer crises econômicas que atingiram o comércio local e também as rendas das pessoas que delas viviam refletindo diretamente na suspensão de donativos ou ajudas que eram doadas ao padre para a construção da Igreja.

²⁵ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 12.

²⁶ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 12.

²⁷ Sobre a crise da economia da borracha ver: SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. “Capítulo 9 – O Grande colapso”. In: *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1980, pp. 229-258; DEAN, Warren. “Um salto no escuro, 1923-1940”. In: *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de História ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989. pp. 107-130; WOLFF, Cristina Scheibe. “E não desapareceram... A sobrevivência na floresta (1913-1945)”. In: *Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999, pp.93-152.

²⁸ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 24.

²⁹ CANCELA, Cristina Donza. Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870-1920). Belém: editora Açáí, 2011. p. 52.

Apesar dos obstáculos enfrentados no processo de edificação, os registros apontam que o objetivo proposto pelo padre na construção da Igreja ocorria pela necessidade de ter um local apropriado para a realização do sacramento religioso, pois, como ele mesmo escreveu, “compreende-se, facilmente, o desgosto que experimenta o padre católico, quando se vê obrigado a administrar os sacramentos em local não apropriado para tal sublime mistério, e daí a ideia de edificar um templo”.³⁰ As complicações defrontadas pelo padre na construção parecem não só incidir sobre a questão financeira, motivadas pela crise da economia da borracha há pouco abordado, mas pelo “espírito acanhado” da população, pois como nos indica nos escritos do padre:

[...] lembro-me alguns a construção de simples capela em vez de uma Igreja espaçosa, rejeitei, porém, este modo de pensar, pois sendo esta localidade uma das mais prósperas da via-férrea de Bragança, não longe tornar-se-ia uma das melhores paróquias do Pará, ligada à Belém por três horas de viagem.³¹

Portanto, ao projetar a construção da Igreja em grandes proporções, o padre parecia enfrentar certa resistência por parte da população local que, ao que tudo indica, preferia uma simples capela. No entanto demonstrava ser ousado no seu projeto e confiante no futuro de Castanhal, pois antevia-a próspera. Entre as estratégias encontradas pelo padre para a construção encontravam-se suas influências junto às autoridades políticas, pois teve “a feliz lembrança de falar ainda ao Dr. Augusto Montenegro” para que ele cedesse “determinada quantidade [de cimento] pelo preço que saía ao governo que importava este material para obras públicas do Estado”.³²

As motivações do pároco para a construção da Igreja o fizeram ir também até o bispo, com o intuito de encontrar meios de angariar fundos para o início dos trabalhos, cuja resposta consta em suas memórias: “[...] concedemos a licença pedida para o suplicante esmolar ou escolher pessoas de sua confiança que esmolem no distrito de Castanhal em que declare que por nossa autorização pede esmolas para a Igreja em Castanhal”.³³ Tal iniciativa nos parece ser sugerida pelos questionamentos que o padre fez em seus escritos: “Mas, como arranjar o cimento, cujo preço era elevado na praça de Belém?”³⁴

³⁰ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 15.

³¹ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 15.

³² Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 21.

³³ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 20.

³⁴ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 21.

Ao lado dessas medidas, em seus registros, o padre Cônego Leitão agradece a várias pessoas que contribuíram na arrecadação de materiais e donativos em prol da construção da Igreja. Assim cita: “não menos penhorado me confesso às senhoras D. Eudoxia de Jesus Alves, Esther Leitão, Rita Rodrigues e D. Cristina de Magalhães e Maria Clara Feitoza, pela distribuição de cartões e sua arrecadação.” Também grato o padre se fazia “aos engenheiros Dr. Inocencio de Hollanda Lima e Dr. Palma Muniz, pelos serviços prestados, no transporte de materiais das estações de Belém e Apeú à Castanhal pela via-férrea de Bragança”³⁵

Ao que tudo indica, organizar diversas atividades lúdicas, que pudessem render algum dinheiro, foi a alternativa encontrada por Cônego Leitão para resolver as questões financeiras. Dentre estas encontramos em seus registros no Livro de Tombo “donativos de diversas pessoas, dinheiro aplicado ao serviço por ordem do Sr. Arcebispo, leilões, esmoladas angariadas por uma comissão de moças, cartões distribuídos e arrecadados, benefícios públicos, donativos, cofre da Matriz”.³⁶

Entre as pessoas que contribuíram para a construção da Igreja, além das já citadas anteriormente, o padre cita também: “o Arcebispo D. Santino, Dr. Augusto Montenegro, Coronel Francisco Aguiar, Miguel Florêncio, Capitão Honório Bandeira, Coronel Antonio Leal, Coronel Porpino, Benício Lopes, etc.”³⁷ Esta lista não se esgota nessas personalidades, pois em seus registros são apontados ao todo 90 pessoas, das quais foram citadas, neste trabalho, autoridades religiosas, políticas e militares, além de indicar pessoas que estão presentes ainda hoje no cotidiano do município de Castanhal, seja em nomes de ruas ou de escolas.³⁸

Mas não só de práticas religiosas e do ofício religioso parece ter convivido Cônego Leitão em Castanhal, pois em seus escritos estão registrados alguns fatos que nos chamaram a atenção, por se tratar de conflitos envolvendo pessoas políticas influentes do local, nos quais o padre acabou intervindo. Assim é que através de suas memórias, pudemos compreender um pouco da movimentação política da região, em seus conflitos e jogos de interesses que pautavam o cotidiano de Castanhal. Cabe aqui

³⁵ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 23.

³⁶ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 26.

³⁷ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 23-26.

³⁸ É importante ressaltar que parte dos contribuintes que ajudaram na construção da Igreja de São José tem hoje seus nomes lembrados nas ruas e escolas em Castanhal, fato que pode ser apenas uma coincidência e não nos propomos aqui levantar as possíveis motivações e ligações dessas lembranças, como é o caso de Benício Lopes, hoje escola de ensino fundamental e médio. E também Miguel Florêncio, Honório Bandeira e Coronel Leal que nomeiam algumas ruas da cidade.

ressaltar a figura do coronel Antonio de Sousa Leal, que nos é apresentado pelo padre como “cearense que emigrou para o Pará na seca do Ceará em 1877, veio com todos os seus irmãos, homens trabalhadores e dispostos, que por isto, mereciam da administração pública”.³⁹

Ao que tudo indica, o Coronel Leal foi um dos desbravadores de Castanhal, fato que lhe propiciou importância significativa na vida política da região. Em se tratando da personalidade do coronel, o padre assim o caracterizou: “cearense notabilizado por seu gênio irrequieto, [...] pouco letrado, se não ignorante e desconhecedor das coisas, de modo que tudo resolvia a seu modo de agir”.⁴⁰ As práticas políticas do Coronel pareciam não agradar o Cônego Leitão, que descreve, em seus registros, dois casos por ele classificados de criminosos: um, relatando o espancamento de dois engenheiros, e outro relacionado a um determinado homicídio que aconteceu em Castanhal.

Por aquela época, Castanhal, pela importância dada pelo governo, fora elevada ao posto de *distrito judiciário*, motivo pelo qual lá se fazia presente um juiz letrado, bacharel formado em ciências jurídicas, o Dr. Manoel Buarque Pedregulho. De acordo com as informações do padre, tratava-se de “moço católico, presidente eleito da Conferência de S. Vicente de Paulo”.⁴¹ Assim, ao que tudo indica, a função exercida deixava a figura do Antonio Leal em posição desconfortável, de acordo com o que descreve Cônego Leitão: “era o Castanhal uma feitoria do Coronel Leal. Uma ordem dele se executava, ainda mesmo fora da lei”.⁴² Desse modo, segundo relatou o cônego, “certas pessoas iam se incumbindo de tornar odiosa a vida judiciária do Dr. Buarque até que em uma noite o moço achava-se em casa conversando com outro senhor, e entrou pela porta da frente um covarde, espancando-o barbaramente.”⁴³

Em seus registros, o padre conta que tal ação teria ocorrido a mando do Coronel Leal, pois assim ele se posiciona: “vi, pelo bárbaro espancamento, que a política local obedecia a um único plano – reconhecer o coronel como o único elemento encarregado de tudo na localidade”.⁴⁴ Pelos relatos deixados pelo padre, percebemos o povoado de Castanhal, como um espaço de constantes conflitos marcados possivelmente por disputas políticas das lideranças locais.

³⁹ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 28.

⁴⁰ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 28.

⁴¹ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 29.

⁴² Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 29.

⁴³ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 30.

⁴⁴ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 30.

No entanto, é importante fazermos alguns questionamentos acerca desse fato e indagar sobre as motivações para o espancamento do juiz, e fazermos algumas considerações acerca do registro do padre. Quais as motivações do crime? Que indícios são levantados para incriminar o coronel Leal Sobrinho? É preciso insistir e deixar claro que se trata de uma memória do Cônego Luis Leitão e, portanto, trata-se de um acontecimento por ele representado, e descrito. Assim, mas do que saber se isto de fato aconteceu, interessa-nos perceber os sentidos que o Cônego Leitão deu a esta história, em que ele constrói para si a imagem de pacificador, de mediador para o término do conflito. Igualmente a história narrada sugere um cotidiano marcado por violências nessa região em virtude das disputas políticas.

Assim exposto, as informações presentes nos levam a entender que a presença do juiz poderia ocasionar interferências no plano de ações políticas do coronel Leal, pois, segundo o Cônego Leitão, a presença do juiz “caiu no desagrado do núcleo político e denominado ‘Antonio Leal’ que tinha já definido a vida social e política da localidade.”⁴⁵ Se os indícios apontados pelo padre indicam que o espancamento ocorreu como forma de intimidar o juiz a ponto de demonstrar quem realmente possuía o poder sobre a região, em um outro momento registram-se as intenções das pessoas ligadas ao coronel: “no dia consecutivo a esta cena de sangue, reuniram-se todos os homens da política local em casa do coronel Leal, exigindo-lhe a retirada do Dr. Buarque, pondo-o fora desta vila.”⁴⁶

Como personagem que se fazia influente no meio político do Estado, conforme vimos em outras ocasiões, a presença do padre Cônego Leitão neste episódio também merece aqui um destaque, pois o mesmo cita ter tido envolvimento no desenrolar dos acontecimentos: “não obstante, entendi não ficar silencioso diante do fato do espancamento do Dr. Buarque Pedregulho. Foi assim que me achava ao lado da vítima em sua casa.”⁴⁷ É neste ínterim que ocorre o encontro do Coronel Leal com o Padre Cônego Leitão, pois este se colocou, ao que seus registros nos informam, ao lado do Dr. Buarque Pedregulho. Observe-se:

Nesta ocasião da entrada do coronel Leal que vinha em desempenho de levar a efeito o plano urdido pelos seus amigos, foi que tive de envolver-me na questão convicto de que o velho coronel não se atreveria a contraditar o tenebroso plano de seus amigos. [...] As

⁴⁵ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 29.

⁴⁶ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 30.

⁴⁷ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 31.

razões apresentadas pelo coronel ao Dr. Buarque fui eu quem respondeu, com tom e energia de homem que não receia a morte nos momentos críticos.⁴⁸

Portanto, tais ações nos levam a crer que a participação do Cônego Leitão no cotidiano de Castanhal era ativa, não se circunscrevendo apenas ao ofício religioso ou na atuação na educação, — o que por sua vez já nos demonstra certa influência —, mas também nos acontecimentos que ocorriam no dia a dia da região, em suas tramas políticas e sociais.

Assim, segundo deixa transparecer em seus escritos, Cônego Leitão se fazia bastante respeitado no meio, pois do encontro com o coronel Leal surtiram efeitos em favor do Dr. Buarque, como consta em seu registro: “o coronel acedeu, aceitando o meu conselho de telegrafar, pedindo a vinda da autoridade e de um médico”.⁴⁹ Portanto, a influência e o respeito que o padre impunha sugerem o seu caráter de liderança, detentor de conhecimentos, que utilizava bem o discurso a seu favor. Sobre isto, podemos considerar um possível diálogo entre o padre e o coronel, assim se posicionando: “não obstante, o lugar de autoridade que exercia [o juiz] acabava de sofrer um desacato inqualificável, que revertia em desmoralização da lei, nada honrando os povos de civilização do Castanhal.”⁵⁰ Logo, em seu discurso, utilizava-se o padre de vários argumentos para fazer o cumprimento da lei e a manutenção da ordem, estabelecendo uma ligação entre seus interesses e sua influência.

Como uma localidade que estava em processo de formação, Castanhal parecia enfrentar vários conflitos políticos, de acordo com o que podemos extrair das memórias do padre no livro de tombo. É assim, por exemplo, que o Cônego Leitão registra o outro episódio: uma desavença entre dois coronéis, o Leal e o Antonio Pinto Xavier. Os acontecimentos partem da rixa entre dois moradores da região, senhor Xavier (que não era o coronel Antonio Pinto) e Belizário. De acordo com o padre, “Belizário que era protegido do Coronel Xavier intrigou-se com o vizinho (senhor Xavier). Um dia Belizário encontrando-se com este de madrugada, vindo aquele para Castanhal, desfeitou-se com pancadas”.⁵¹ Tal fato poderia não ser aqui digno de nota, talvez por se tratar de algo que pudesse ser corriqueiro em Castanhal, se não fosse o desenrolar do mesmo ter um desfecho criminoso, não que um crime mereça crédito, e também porque

⁴⁸ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 31.

⁴⁹ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 31.

⁵⁰ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 31.

⁵¹ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 32.

durante o percurso, o padre Cônego Leitão teria, segundo seus registros, participado dos acontecimentos.

“Era uma manhã de domingo quando Belizário esteve em minha sala de visita, onde referiu-me o que se estava passando com ele, vendo a necessidade de andar armado, por que cogitavam de matá-lo e que se queixava do Coronel Leal”.⁵² Assim registra o padre em suas memórias, o que nos permite compreender, e ao mesmo tempo reforçar, a postura de um líder religioso que se fazia influente e importante em Castanhal, pois aos fatos ocorridos a ele parecia ser solicitada alguma forma de esclarecimento ou mesmo de intervenção. Sobre este, em particular, o Cônego se posiciona: “aconselhei-o para se acautelar e ser prudente.”⁵³ Portanto, ao que tudo nos insinua não só atento estava para os fenômenos ocorridos em Castanhal, como também buscava participação efetiva nas sucessões do cotidiano da região.

As ideias acima são reforçadas com o desenrolar do crime, que assim o padre descreveu: “saiu o pobre Belizário em procura do seu sítio ao chegar a uns 400 a 500 metros da rua na Estrada de Curuçá, recebeu um tiro que mísero sicário lhe enviou, enroscando atrás da árvore como serpente que esperava a vítima.”⁵⁴ Às motivações do crime e o processo de apuração não nos cabe aqui levantar, mas se faz importante perceberem-se os passos dados pelo padre nesses acontecimentos. Ele, em seus registros, informa que “de Belém veio um Prefeito, bacharel. [...] Um dia o referido Prefeito pediu-me para vir preso a sua presença o velho Domingos de Sant’Anna, criatura ao mando do Coronel Leal, pois que estava informado ser aquele o autor do crime”.⁵⁵ Mais uma vez os indícios nos fazem supor que a presença do padre em Castanhal era bastante significativa, não apenas no campo religioso, como também na vida social e política, pois autoridade a ele foi dada para dar voz de prisão ao principal acusado do ocorrido crime. Sobre estes fatos, a fonte nos sugere pensar que o mesmo não se escusava de tomar parte no que se sucedia na região, pois conta o padre: “não neguei o meu concurso ao senhor Alfredo e me dirigi ao sitio de Leal expondo-lhe o que havia, e pedia-lhe condução para os soldados encarregados da prisão de Domingos”⁵⁶

De realizador de ofício religioso e executor de atividades educacionais, o padre parecia exercer influente papel de mediador de conflitos sociais, pois assim se colocava

⁵² Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 32.

⁵³ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 31.

⁵⁴ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 33.

⁵⁵ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 33.

⁵⁶ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 33.

nos trâmites do cotidiano ao registrar que “Domingos veio ter comigo e eu mandei ao Prefeito, prevenindo-lhe que se a autoridade entendesse tê-lo preso, não fizesse questão, nem se opusesse. Felizmente nada houve de anormal”.⁵⁷ Seus registros, deixado no Livro de Tombo da Freguesia de São José de Castanhal, portanto, nos apontam uma atuação enquanto autoridade religiosa ativa e — por que não? — muito respeitada. Personagem pública que, ao que tudo nos indica, traçou o objetivo de ser influente em Castanhal e que ao passo de arranjos políticos parece ter sabido bem aproveitar-se das circunstâncias que vivenciou, soube tirar proveito e construir sua imagem na região, de padre, professor e político, inteligente e argumentador.

⁵⁷ Livro de Tombo da Paróquia de São José, Castanhal, 1911 – 1922. p. 34.

BIBLIOGRAFIA

CANCELA, Cristina Donza. *Casamento e família em uma capital amazônica: (Belém 1870-1920)*. Belém: Editora Açai, 2011. p. 52.

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial*. São Paulo. Companhia das Letras. 1996. p. 15.

COSTA, Angela Marques da. SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Virando Séculos: 1890/1914 – No tempo das certezas*. São Paulo. Companhia das Letras. 2000.

DEAN, Warren. “Um salto no escuro, 1923-1940”. In: *A luta pela borracha no Brasil: um estudo de História ecológica*. São Paulo: Nobel, 1989. pp. 107-130.

HERMANN, Jacqueline. *Religião e política no alvorecer da República: os movimentos de Juazeiro, Canudos e Contestado*. IN: Delgado, Lucilia, de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge. *O Brasil Republicano. Vol. 1 O tempo do liberalismo excludente: da proclamação da República à Revolução de 1930*. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 2008. p. 123.

LACERDA, Franciane Gama. *Cidade, memória e experiência ou cotidiano de uma cidade do Pará nas primeiras décadas do século XX*. In: FENELON, Déa. *Cidades*. São Paulo: PUC/SP História Olho d'Água, novembro, 1999. p. 200.

LACERDA, Franciane Gama. “*Migrantes cearenses no Pará: faces da sobrevivência (1889/1916)*”. Editora Açai. Belém. 2010. p. 326.

NEVES, Fernando Arthur Freitas. *Sem Padroado e sem Primaz, a igreja no Brasil no início da República*. In: *Revista Estudos Amazônicos*. Volume IV, nº 2, 2009. p. 53.

SANTOS, Roberto Araújo de Oliveira. “Capítulo 9 – O Grande colapso”. In: *História econômica da Amazônia: 1800-1920*. São Paulo: T.A.Queiroz, 1980, pp. 229-258.

SARGES, Maria de Nazaré. *Belém: riquezas produzido a Belle-Époque*. Belém: Paka-Tatu, 2000. p. 153.

FARIAS, William Gaia. *Amazônia Republicana: processos seletivos e outros temas*. Belém, 2007. Editora Açai.

WOLFF, Cristina Scheibe. “E não desapareceram... A sobrevivência na floresta (1913-1945)”. In: *Mulheres da Floresta: uma história: Alto Juruá, Acre (1890-1945)*. São Paulo: Hucitec, 1999, pp.93-152.

Outras fontes

Paróquia de São José – *Livro de Tombo da Freguesia de São José de Castanhal*, 1911 – 1922.